



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
RELATIVO À CONTRATAÇÃO DE 01 (UM)
CAMINHÃO/HIDROJATO À VÁCUO COM
MOTORISTA E OPERADOR, PARA A
REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA
MECANIZADA DOS PV'S E DESOBSTRUÇÃO
E REMOÇÃO DE DETRITOS DE REDES
COLETORAS DE ESGOTOS E AFLUENTES E
CAIXAS DE VISITAS DO SISTEMA DE
ESGOTO SANITÁRIO EM DIVERSOS
BAIRROS NOS MUNICÍPIOS DE ALTO
ALEGRE, BONFIM, CARACARAÍ, CAROEBE,
IRACEMA, MUCAJAÍ, RORAINÓPOLIS, SÃO
JOÃO DA BALIZA E SÃO LUIZ DO ANAUÁ,
PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE
RORAIMA - CAER.**

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, n.º 219, Bairro São Pedro, Boa Vista - Roraima, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, inscrito no CPF n.º 376.027.482-04 e portador do RG n.º 89.261 SSP/RR, em conjunto com a Diretora de Engenharia e Gestão Ambiental, **ELIZANGELA DE SOUSA RODRIGUES**, inscrita no CPF n.º 382.125.282-00 e portadora do RG n.º 101.620 SSP/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP n.º _____, e-mail: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, inscrito no CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, conforme contrato



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

social/ato constitutivo/procuração apensada à(s) folha(s) ____, tendo em vista o que consta no **PROCESSO N.º 270/2023**, têm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, contratado o que a seguir declaram, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

1.1.1. Na Licitação pelo Rito Procedimental Similar ao da Modalidade Pregão, na Forma Presencial, N.º ____/20____, amparada pelo artigo 32, IV da Lei Federal nº 13.303/2016, pelo artigo 89, § 1º do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos, pela Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato consiste na **CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO/HIDROJATO À VÁCUO COM MOTORISTA E OPERADOR, PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECANIZADA DOS PV'S E DESOBSTRUÇÃO E REMOÇÃO DE DETRITOS DE REDES COLETORAS DE ESGOTOS E AFLUENTES E CAIXAS DE VISITAS DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO EM DIVERSOS BAIRROS NOS MUNICÍPIOS DE ALTO ALEGRE, BONFIM, CARACARAÍ, CAROEBE, IRACEMA, MUCAJAÍ, RORAINÓPOLIS, SÃO JOÃO DA BALIZA E SÃO LUIZ DO ANAUÁ, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER.**

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital de Licitação;

2.2.3. A Proposta da CONTRATADA;

2.2.4. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ _____ (_____)**, conforme tabela a seguir:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ITEM	LOCAL	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	ALTO ALEGRE - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
02	BONFIM - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
03	CAROEBE - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
04	CARACARAÍ - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com	Un	12		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

		equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .				
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
05	IRACEMA - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
06	MUCAJAÍ - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
7	RORAINÓPOLIS - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de	H	192		



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

		redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).				
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
8	SÃO JOÃO DO BALIZA - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
9	SÃO LUIZ DO ANAUÁ - RR	Mobilização e Desmobilização de caminhão com equipamento completo de hidrojateamento, combinado de alta pressão e sucção a vácuo .	Un	12		
		Desobstrução e remoção de detritos de redes de esgotos sanitário por meio de caminhão - (Segunda a Sexta-Feira).	H	192		
		Limpeza da Caixa de Areia e Gradeamento.	Equipe/Dia	12		
		Limpeza do Poço de Sucção.	Equipe/Dia	12		
TOTAL						

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 4.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;
- 4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;
- 4.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do Instrumento Contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA RENOVAÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. O contrato poderá ser renovado, observando-se o artigo 200 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano contado da data limite para apresentação da proposta na licitação, em ____/____/____.
- 7.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA REPACTUAÇÃO

- 8.1. O valor consignado neste Termo de Contrato poderá ser repactuado, competindo CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

cálculos e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

8.2. A repactuação respeitará ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários execução do serviço.

8.3. O interregno mínimo de (um) ano para primeira repactuação será contado:

8.3.1. Para os custos relativos mão de obra, vinculados data-base da categoria profissional: partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente época da apresentação da proposta, relativo cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

8.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

8.3.3. Para os demais custos, sujeitos variação de preços do mercado: partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

8.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data do início dos efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

8.5. O prazo para CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

8.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

8.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, uma nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de (um) ano, contado:

8.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

8.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

8.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

8.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

8.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

8.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

8.11. CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

8.12.1. Quando repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

8.12.2. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

8.12.3. As particularidades do contrato em vigência;

8.12.4. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

8.12.5. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

públicas ou outros equivalentes;

8.12.6. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada;

8.12.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

8.13.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

8.13.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

8.13.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

8.16. prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

8.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

8.18. A CONTRATADA deverá complementar a garantia a contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para repactuação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;

9.1.2. Cabe à FISCALIZAÇÃO verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente da coparticipante quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

9.1.3 A ação ou omissão, total ou parcial, da FISCALIZAÇÃO não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução dos SERVIÇOS.

9.1.4. A Contratante deverá fiscalizar a execução do Contrato, bem como efetuar o pagamento em conformidade com o disposto neste Instrumento Contratual.

9.1.5. Permitir o acesso dos empregados e do representante da empresa Contratada às dependências da CAER, para tratar de assunto referente ao objeto contratual.

9.1.6. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham contribuir para a execução dos serviços do presente objeto.

9.1.7. Notificar por escrito, à Contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do Contrato durante sua vigência, ficando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para sua correção.

9.1.8. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais, decorrentes da execução deste Contrato, bem como todas as qualificações que ensejaram sua habilitação.

9.1.9. Observar se durante a vigência do Contrato está sendo mantidas todas as condições de habilitação exigidas neste Instrumento Contratual.

9.1.10. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.1.11. Emitir Ordem de Serviço - OS a cada mês contratado, sendo 8 (oito) horas diárias, podendo se estender de acordo com necessidade extrema, sem acréscimo do valor.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Realizar a execução dos serviços no prazo indicado na Ordem de Execução de Serviço e de acordo com o previsto no Edital.

10.1.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CAER;

10.1.3. Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CAER, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a execução do serviço constante no presente Instrumento Contratual.

10.1.4. Comunicar à fiscalização qualquer anormalidade referente a execução do serviço, prestando os esclarecimentos julgados necessários com a maior brevidade e clareza possível, sempre por escrito e através de documentação própria para esse fim.

10.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato.

10.1.6. Colocar à disposição da Contratante o veículo e seus equipamentos de sua propriedade, objeto do Contrato, em perfeitas condições de uso e devidamente documentado, não sendo admitidos, em nenhuma hipótese, veículos sublocados.

10.1.7. Responder por perdas e/ou danos que vier a causar a terceiros, em razão de ação e/ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos.

10.1.8. Emitir faturamento a cada período mensal considerado.

10.1.9. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações da mesma, visando fiel desempenho das atividades.

10.1.10. No caso de qualquer defeito e/ou vício com o veículo e/ou quaisquer dos equipamentos, que apareça no decorrer do Contrato, a Contratante deverá ser notificada e a Contratada deverá sanar a anomalia no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.11. Além das especificações descritas, o veículo deverá estar, no ato da entrega com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

10.1.12. Designar motoristas legalmente habilitados, com Carteira Nacional de



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

Habilitação - CNH dentro do prazo de validade, respeitada a categoria classificatória descrita no Código Nacional de Trânsito.

10.1.13. Manter durante todo o período de vigência do presente Contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação, bem como realizar o pagamento em dia dos tributos.

10.1.14. Efetuar imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante com relação à execução do Contrato.

10.1.15. Orientar seus empregados e/ou prepostos para agirem sempre com respeito, urbanidade, responsabilidade, seriedade, dentre outras características que contribuam para a boa, eficaz, qualitativa e perfeita execução do objeto deste Contrato, devendo, ainda, ser sempre observada, impreterivelmente, a pontualidade no cumprimento das obrigações assumidas, a fim de evitar a ocorrência de prejuízos em geral, considerando que o descumprimento de qualquer uma dessas exigências acarretará na aplicação de sanções à Contratada.

10.1.16. Arcar com os custos de toda e qualquer manutenção, reparos e danos que, porventura, se fizerem necessários, o que deve ser realizado de 3 (três) em 3 (três) meses, durante a vigência do Contrato.

10.1.17. Executar os serviços de acordo com as necessidades da Contratante, conforme as emissões das Ordens de Serviço - O.S.

10.1.18. Como previsão mensal, são considerados 22 (vinte e dois) dias úteis, 4 (quatro) sábados e 4 (quatro) domingos, inclusive feriados, estimados, com 8 (oito) horas trabalhadas por dia.

10.1.19. No início de cada mês, será emitida uma Ordem de Serviço - O.S., autorizando o total de horas estimadas a serem trabalhadas naquele mês. Porém, para cada desobstrução, será emitida uma outra Ordem de Serviço - O.S., onde estarão discriminados local, dia e hora de início do serviço e, ainda, com espaço para o registro da hora do término daquele serviço, após o comunicado à Contratada.

10.1.20. A CONTRATADA deve abrir um canal de comunicação como e-mail e/ou telefone celular que possa receber ligações e mensagens de texto para manter o contato entre as partes.

10.1.21. A CONTRATADA deve indicar um preposto com contato telefônico para atender



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

a CAER nas demandas que se fizerem pertinentes.

10.1.22. Emitir Nota Fiscal em nome da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, CNPJ nº 05.939.467/0001-15.

10.1.23. A Contratada deve manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratada é responsável pela garantia da qualidade dos serviços realizados e previsto neste Instrumento Contratual, especialmente contra defeitos na execução dos serviços devendo, se ocorrer, serem corrigidos no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data da notificação, às próprias expensas.

11.2. Considera-se defeito neste caso específico, caso mesmo após o uso do objeto licitado ainda permanecer necessidade do uso do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Consiste na desobstrução e remoção de detritos das redes coletoras de esgoto, por ação hidrodinâmica através de um caminhão combinado de alto vácuo e hidrojato e a limpeza das caixas de areia e dos poços de sucção nas E.E.E. A aplicação do equipamento será feita no trecho especificado conforme programação estabelecida pela CAER onde deverão acompanhar os serviços, funcionários habilitados e treinados para a operação e acesso aos locais de aplicação do equipamento de forma a desenvolver o serviço adequadamente.

12.2. Descrição dos equipamentos:

12.2.1. Conjunto único combinado desenvolvido para desobstrução de Sistemas Coletores de Esgotos pelo princípio de jato de água sob pressão e vácuo para remoção dos detritos, a partir de suas singularidades. O equipamento será utilizado para limpeza das tubulações deslocando os detritos compatíveis, visando a restabelecer as condições técnicas de funcionamento a que se destinam aquelas instalações. A operação do equipamento deve ser feita conforme especificação operacional padronizada no sentido de preservar as instalações de esgotos sanitários, os equipamentos, bem como a maior produtividade. O material deslocado e acumulado deverá ser removido com ferramentas adequadas.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

12.2.2. O equipamento deverá ser previsto para apresentar as condições mínimas de segurança para os operadores, para o próprio equipamento e em relação às normas de trânsito. O conjunto deverá ser composto pelos seguintes elementos básicos:

12.2.2.1. Caminhão médio pesado, adequado à montagem dos equipamentos e apropriado às condições de tráfego urbano e rural.

12.2.2.2. Bomba d'água para desenvolver pressões de trabalho, mangueira adequadas à severidade dos serviços, bicos de desobstrução para atender redes coletoras a partir de diâmetro de 100mm;

12.2.2.3. Caminhão em perfeitas condições, pois o mesmo será vistoriado pelo setor competente da CAER.

12.2.2.4. Sinalização para trânsito (cones).

12.2.2.5. Sistema auxiliar de limpeza, necessário para manter o local e os equipamentos livres de detritos que possam contaminar o meio ambiente.

12.2.2.6. Diversos (ferramentas adequadas para a correta operação do equipamento, ferramentas adequadas à manutenção básica do veículo e equipamento, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO CAMINHÃO

13.1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO:

13.1.1 Equipamento de vácuo com bomba de sucção de alta potência tipo roots
ACIONAMENTO DO SOPRADOR “ROOTS”: Acionamento do soprador através de Caixa de Transferência instalada sob o chassi do veículo e acoplada ao cardã com potência de saída mínima de 150 CV. Sistema de engate / desengate da caixa todo pneumático acionado do interior da cabine do caminhão.

13.1.2. Sistema de Filtragem do Soprador Roots: Sistema de pré filtragem composto por separador vertical de partículas por coletor através de força centrífuga para separação de sólidos de maior tamanho e peso específico por corrente gasosa instalado entre o tanque e o compartimento de filtragem. No mínimo 02 (duas) válvulas quebra vácuo para garantir a segurança do soprador “roots” além de no mínimo 02 vacuômetros que permitem a verificação constante do estado de saturação dos filtros através da comparação dos mesmos.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.1.3. Escapamento do Soprador Roots: Sistema de eliminação de ruídos do soprador composto de base de sustentação equipada com labirintos internos revestidos com tela de aço e lã de rocha direcionando o fluxo do ar para o atenuador vertical instalado na lateral da base onde o ar será eliminado na atmosfera com ruído abaixo de 85 dB, conforme normas industriais.

13.1.4. Sistema Hidráulico: Composto de reservatório hidráulico, comando manual de 03 alavancas, bomba hidráulica, mangueiras, conexões, etc.

13.1.5. Sistema de Hidro: Bomba de hidrojato com cabeçote tratado termicamente, com pressão mínima de 160Bar e vazão mínima de 223 l/min. Equipada com válvula reguladora de pressão, manômetro, e registros de esfera com sistema by-pass para o tanque, com potência mínima de 150 CV. Acionamento da bomba através Caixa de Transferência instalada sob o chassi do veículo e acoplada ao *cardan* com potência de saída mínima de 300 CV. Sistema de engate / desengate da caixa todo pneumático acionado do interior da cabine do caminhão. Fixação da bomba de hidro através de mesa em chapa 1/4" (6,4mm) dobrada e enrijecida, fixada no chassi através de parafusos e porcas *par lock*. Alimentação da bomba de hidro com tubulação Ø 2.1/2" equipada com filtro Y com elemento em polipropileno e tela em inox com dreno inferior e mangueira flexível para absorção de trepidação; tanque Reservatório com capacidade total mínima de 18.000 litros, sendo um mínimo de 12.000 para detritos e 6.000 para água.

13.1.6. Sistema de Sucção a Vácuo: Bomba de vácuo de anel líquida, com deslocamento de ar mínimo de 12.0 m³/minuto, pressão positiva mínima de 1,5 KGF/CM² e no mínimo 1.150 RPM".

13.1.7. Sistema de Acionamento: Composto de polias e correias, com sistema de transmissão a partir de tomada de força e engate pneumática, acoplado na caixa de câmbio do próprio caminhão

13.1.8. Mangueira de Sucção de no mínimo 6" polegadas para vácuo com no mínimo 40m, tipo garganta. Bomba de alta pressão e hidrojateamento, pressão mínima de 160 BAR, com acionamento hidráulico com mangueira de 3/4" de 120m, para limpeza e desobstrução.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.1.9. Informamos que quando nos referimos a ROOTS, isso significa que é o tipo de bomba a ser utilizada no equipamento combinado. E o motivo da sua escolha, se dá pela potência de sucção da bomba, com isso garantindo maior eficiência no serviço prestado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A partir de uma ordem de serviço emitida pela Gerência de Esgoto o caminhão se deslocará aos municípios acompanhados por um colaborador do próprio município onde serão executados os serviços de segunda a sexta-feira.

14.2. Na execução das limpezas e desobstruções há necessidade de que estas sejam realizadas por meio de hidrojateamento de alta pressão, combinado com o sistema de sucção à alto vácuo e equipado com bomba de alta pressão para a realização de intervenções e tendo em vista a grande demanda desses serviços.

14.3. Para tanto, é preciso utilizar-se do auxílio de um caminhão que tenha capacidade para realização da limpeza e desobstrução nas tubulações, o que permite a redução da necessidade de quebras de vias públicas e de consumo de materiais, sendo, portanto, menos oneroso para a Administração e evita transtorno à população.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

15.1. O serviço deverá ser executado nas redes coletoras de esgotos sanitários, em diversos bairros do municípios de Alto Alegre, Bonfim, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, e o prazo de execução dos serviços é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. O recebimento provisório do serviço se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo 24 (vinte e quatro) horas, contados do término do serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes neste Instrumento Contratual e na proposta vencedora;

16.2. O recebimento definitivo dos serviços, será finalizado em até 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento provisório mencionado no subitem 16.1, após a aferição de qualidade, especificações e quantidades e consequente aceitação;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.3. Caso o serviço esteja em desacordo para a aceitação do serviço a contratada terá o prazo de 12 (doze) horas, para que seja refeito o serviço sem ônus para a contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES

18.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

18.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

18.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

18.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

18.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

18.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

18.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

18.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo à penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

18.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

18.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

18.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

18.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

18.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

18.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

18.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

18.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

18.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

18.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

19.2. A extinção dos contratos, de acordo com o art. 247 do RILC/CAER, poderá ocorrer:

19.2.1. Pela via natural, quando verificado o cumprimento total das obrigações firmadas pelas Contratantes;

19.2.2. Por fato anterior ou contemporâneo à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II do art. 247 do RILC/CAER;

19.2.3. Por fato posterior à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "f1", "f2" e "f3" do inciso III do art. 247 do RILC/CAER;

19.2.4. Pela morte do Contratado, quando este for Pessoa Física.

19.3. Constituem motivo que autorizam a CAER exercer o direito de resolução do contrato, conforme art. 248 do RILC/CAER, dispensado provimento judicial nesse sentido:

19.3.1. O descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pelo Contratado;

19.3.2. A alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CAER;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela CAER e que causem prejuízo à execução do objeto.

19.3.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

19.3.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

19.3.5. A dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;

19.3.6. A decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;

19.3.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Contratado, desde que prejudique a execução do contrato;

19.3.8. Razões de interesse da CAER, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

19.3.9. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

19.3.10. A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.3.11. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

19.3.12. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

19.3.13. Quando o Contratado for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de Compliance ou equivalente.

19.4. Os casos de resolução contratual por ato unilateral da CAER devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado ao Contratado direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração.

19.5. Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da CAER, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos instrumentos convocatório e contratual e no RILC/CAER:

19.5.1. Assunção imediata do objeto contratado pela CAER, no estado e local em que se encontrar;

19.5.2. Retenção para execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos ao Contratado, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CAER;

19.5.3. Impedimento de participar de licitações e firmar contratos com a CAER até que seja finalizado o processo administrativo para apuração das responsabilidades e eventual aplicação de sanções ao Contratado.

19.6. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa do Contratado, este será, conforme art. 249 do RILC/CAER, ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e, ainda terá direito a:

19.6.1. Devolução da garantia;

19.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

19.6.3. Pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.1. Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Programa Orçamentário: 45010.17122010.001.018/399/001, do orçamento do **CONTRATANTE**.

20.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços n.º ____, datada de __/__/__, no valor de R\$____ (_____).

20.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

21.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos, Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais Legislações Correlatas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC/CAER.

22.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA REVISÃO CONTRATUAL

23.1. A revisão contratual dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto no artigo 221 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

23.2. Salvo nas contratações em que seja adotada cláusula de matriz de riscos e alocação das responsabilidades, o contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

23.3. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

23.3.1. Comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;

23.3.2. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;

23.3.3. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;

23.3.4. O efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;

23.3.5. Restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;

23.3.6. O efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual é assinado pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2025

Assinam:

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

ELIZANGELA DE SOUSA RODRIGUES

Diretora de Engenharia e Gestão Ambiental

PELA CONTRATADA:

NOME DO REPRESENTANTE

Representante Legal

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____